

A EDUCAÇÃO EM DEFESA DA SOCIEDADE E DA DEMOCRACIA NO GOVERNO BOLSONARO: UM ENSAIO CRÍTICO DE 2019 A 2022

EDUCATION IN DEFENSE OF SOCIETY AND DEMOCRACY IN THE BOLSONARO GOVERNMENT: A CRITICAL ESSAY FROM 2019 TO 2022

Leandro Rodrigues Nascimento da Silva¹
Eliezer Gonçalves Cordeiro²

Resumo

Este ensaio visa refletir sobre os acontecimentos de maior proeminência que ocorreram na Educação brasileira durante os quatro anos de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. De abordagem qualitativa, tentaremos compreender e interpretar os discursos que mais tomaram notoriedade no cenário político-social a partir da análise do filósofo Michel Foucault e do desenvolvimento do conceito de biopoder.

Palavras-chave: educação; política; democracia; bolsonarismo.

Abstract

This essay aims to reflect on the most prominent events that have occurred in Brazilian education during the four years of President Jair Bolsonaro's administration. Using a qualitative approach, we will attempt to understand and interpret the speeches that have become most notorious in the political-social scenario, based on the analysis of the philosopher Michel Foucault and the development of the concept of biopower.

Keywords: education; politics; democracy; bolsonarismo.

1 Introdução

Todo final de ano é a mesma situação: o espelho mágico da televisão vem nos mostrar a face que demos ao nosso cotidiano ao longo de todo o ano. Isso é uma oportunidade desconfortável de revivermos pelas imagens o que se passou — agora, com a prerrogativa de termos nos distanciado do fato — e podermos, talvez, melhor aquilatar os erros e os acertos cometidos; as violências que poderiam ter sido evitadas; os questionamentos que poderiam terem sido feitos à sociedade e/ou mesmo à natureza antes de quaisquer dessas tragédias anuais acontecerem e sempre nos pegarem de “surpresa”.

Portanto, é revisitando o passado — que talvez ainda não o tenhamos conseguido ultrapassar — que este ensaio se propõe a discorrer sobre a Educação — em suas formas mais variadas, formal, informal e não formal — nos quatro anos de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Por meio de uma abordagem crítica qualitativa, acionaremos o conceito de

¹ Doutorando em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pelo PPGEDUC-UFRRJ; Professor Substituto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: leandrosalesufrj@gmail.com

² Graduando em Educação do Campo na Universidade Federal Rural no Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: ellyezercordeiro@gmail.com

biopoder, desenvolvido nas reflexões do filósofo Michel Foucault (2002), em aula proferida no Curso no Collège de France, em 17 de março de 1976, para dialogarmos com os discursos dimanados pelo mandatário da nação, Bolsonaro, e replicados aos milhares pela sua base aliada — política e civil. Discursos propagados, inclusive, com o auxílio evidente e incontestado das redes sociais e dos aplicativos de mensageria.

Ao defender “o liberalismo na economia e o conservadorismo nos costumes”, tanto Bolsonaro quanto o bolsonarismo — aqui vale atenção aos dois nomes, pois o sujeito individual se mescla ao coletivo sem dúvidas, no entanto, ambos se mostram produtores e reprodutores de narrativas bastante características que merecem análise em separado, em muitos momentos — desenvolveram uma noção da Educação como um produto comercial que, antes de educar para o exercício da cidadania plena, deveria ser uma educação clientelista, dogmática e monocultural. Isso fica mais salientado quando presenciamos uma tentativa subversiva de substituir uma educação democrática garantida pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2023), a qual institui o dever de educar como prerrogativa da família, do Estado e da sociedade — no artigo 205 — para um modelo educativo no qual somente a família seria a responsável por esse processo.

Para além desse esforço em dizer que “a boa educação” é aquela em que só a família define o que o seu membro deve aprender, configurando um cenário educativo em que o professor é submisso e o aluno é cliente, a característica dogmática desse projeto de educação da extrema-direita, personificado na figura do presidente Bolsonaro, se desenrolou na tarefa hercúlea para a implantação de mais de 200 escolas cívico-militares de 2019 a 2022. Como se não fosse suficiente a proposta desse modelo de ensino — que contrasta com os sistemas de educação de países economicamente mais abastados e tecnologicamente/industrialmente mais desenvolvidos que o Brasil, muito por conta efetiva dos investimentos em educação, os quais fizeram alavancar a ciência e a tecnologia que auxiliaram nos demais tipos de desenvolvimento —, a perspectiva monocultural que se queria pôr em curso na Educação foi notada quando se criminalizou o debate de gênero e pastores tomaram a liderança do Ministério da Educação.

Por fim — ou por início —, podemos afirmar que os desafios impostos à educação brasileira nos últimos anos não foram um simples acaso. Não há democracia sem educação. Não há igualdade social sem educação. Não há reforma agrária sem educação. Não há direito à cidade sem educação. Antes que nos acusem de vislumbrarmos na educação uma ferramenta salvífica de todas as mazelas sociais, gostaríamos de argumentar que não é por aí que seguimos, porém, não é sem ela — a educação — que por qualquer caminho deveremos enveredar. Não

obstante, outro importante pensador com o qual dialogaremos neste ensaio e que muito nos será útil é o professor David Harvey (2012), que nos auxiliará na compreensão dos discursos hegemônicos liberais — e neoliberais — que submetem os direitos humanos à margem da esfera política e ética, a fim de colocarem no centro do debate o direito à propriedade privada e a preocupação com a taxa diária de lucro. Sem hesitação, essa estratégia de ridicularizar a defesa dos direitos humanos não se ausentou dos noticiários nos últimos anos no Brasil. Com muito empenho, não só Bolsonaro e os bolsonaristas mais anônimos, mas também integrantes do governo o qual ora analisamos, tiveram seus momentos nas manchetes e nas lides internacionais. Diante disso, vamos pensar a educação entre 2019 e 2022 enquanto uma arena de disputas políticas nada amadoramente aceitável. Ou seja, os projetos em disputa não são neutros e nem ingênuos, objetivam um fim, ou o fim de uma jovem democracia.

2 Da posse presidencial ao primeiro ano de governo

Eleito presidente do Brasil e tomada a posse em 1º de janeiro de 2019, o então presidente Jair Messias Bolsonaro proferiu, como de costume a todos os presidentes da República do Brasil eleitos diretamente pelo voto popular, o seu discurso de inauguração no cargo, diante de um Congresso Nacional repleto de políticos e autoridades. Diferentemente dos discursos habituais — nos quais os presidentes eleitos optam por fazer no Congresso uma explanação mais técnica e de cooperação, com os políticos presentes, e outra explanação mais politizada no Parlatório do Palácio do Planalto, aos seus apoiadores —, o então presidente Bolsonaro não prezou pela etiqueta e iniciou seu discurso acirrando mais ainda as pontas de lança dos meses que antecederam a disputa presidencial contra o seu adversário — Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Essas “pontas de lança” eram tópicos de discussões que vinham envoltos por diferentes fontes em inverdades metodicamente elaboradas a fim de municiarem a narrativa de que a família “tradicional” estava em perigo, a economia neoliberal estava cercada pelo espectro do comunismo e as tradições culturais e os valores — monocentros em uma visão idealizada da cultura judaico-cristã — figuravam reféns da imposição de uma suposta minoria radical da esquerda brasileira que, em vez de progressista, era, contudo, perigosa e subversiva. Nos primeiros minutos de seu discurso, transcrito por nós diretamente do portal da TV Senado (2019), no YouTube, o então presidente asseverou:

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de **reerguer nossa pátria, libertando-a,**

definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, **da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica**. [...] Vamos unir o povo, **valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas**. [...] Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o **Brasil acima de tudo e Deus acima de todos**. [...] **Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política**. [...] **O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender, respeitando o referendo de 2005, quando optou, nas urnas, pelo direito à legítima defesa...** (TV SENADO, 2019, 38m:40s) [Grifo nosso].

A partir do excerto de transcrição anterior, podemos notar pelo menos três eixos norteadores dos investimentos do governo Bolsonaro que foram entendidos como prioridades a serem atenciosamente tratados, são eles: o ultranacionalismo como caminho para reerguimento da pátria; o mercado financeiro — e de trabalho — como mais importantes e dissociados de uma formação educativa crítica; e, por fim, a segurança pública delegada ao próprio cidadão, em uma inversão em que a “segurança pública” viesse a se tornar uma “segurança particular”. Cabe, ainda, notar a menção explícita que é feita à cultura judaico-cristã e, como forma discursiva que penumbra as demais, somente a utilização do substantivo “religiões” para se referir a todo o restante de expressões cosmo-espirituais existentes no país.

Para além disso, fica muito nítido no discurso o afã que o governo Bolsonaro nutria pelo que ele chamou de “ideologia de gênero”. A intenção não era a de dialogar, pelo próprio verbo usado no discurso, mas de “combater” e, para isso, não bastava o esforço contra uma “ideologia”, era preciso mais, muito mais. Os agentes deveriam ser identificados — para os bolsonaristas eles já haviam sido identificados — e eles eram, sobretudo, os professores e a escola. Como afirma o professor Rogério Diniz Junqueira, ao analisar a invenção do termo “ideologia de gênero”:

De forma geral, as mobilizações antigênero tendem a se basear na premissa segundo a qual mulheres (que denominam “feministas radicais”), ativistas LGBTI+, políticos de esquerda (“órfãos do comunismo”), organismos internacionais e seus aliados estariam, de maneira sutil e insidiosa, empenhados em infundir a “ideologia de gênero”, sobretudo nas escolas. [...] Para o Vaticano e seus aliados, seria preciso interromper esses manipuladores, pois tal agenda político-ideológica, ao subverter a ordem natural da sexualidade, comportaria uma autêntica ameaça à “família natural”, ao bem-estar das crianças, à sobrevivência da sociedade e da civilização (Junqueira, 2022, p. 22).

Como vemos, o termo usado no discurso de posse do então presidente Bolsonaro não passa de uma invenção de setores conservadores da Igreja Católica, apoiados pelo já falecido Papa Bento XVI e, no Brasil, propagado com o auxílio de religiosos fundamentalistas do meio

evangélico neopentecostal. Esse era o rosto por trás do governo que se apresentava: uma mescla de conservadorismo católico, com protestantismo evangélico fundamentalista.

Não por acaso, o campo da Educação está entre os que recebem atenção prioritária desses movimentos e parece ser o lugar em que têm encontrado mais facilidade para obstruir propostas inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e a garantir o caráter público e cidadão da formação escolar [...] (Junqueira, 2022, p. 23).

Fazendo da Educação um campo de disputas políticas renhidas e sempre afirmando o contrário, ao dizer que formaria todos os ministérios de governo com agentes técnicos e não ideológicos, Bolsonaro nomeou, para o Ministério da Educação (MEC), Ricardo Vélez Rodríguez. Ele durou apenas três meses no cargo, mas não deixou de mostrar a que veio: seria prioridade sua e de sua equipe enfatizar a antiga Educação Moral e Cívica em toda a Educação Básica, vista no Brasil no período da Ditadura Militar e extinta no ano de 1993. Para além da proposta inusitada, o ministro também propôs que nas escolas brasileiras os alunos passassem a cantar rotineiramente o Hino Nacional e fossem filmados — o que é explicitamente contrário ao que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 247º (Brasil, 1991) — bem como que eles repetissem o *slogan* do presidente Bolsonaro. Parecia uma forma muito nítida de fundir os símbolos da pátria com a figura pessoal do presidente, o que, de fato, vimos acontecer anos mais tarde, nas comemorações do dia 7 de setembro de 2022, principalmente.

De acordo com levantamento feito pelo portal Todos Pela Educação (2023), um fato que comprometeu, logo no primeiro ano de governo, o bom funcionamento do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) foi a indefinição da gráfica que imprimiria as provas a serem distribuídas aos estudantes, juntamente com a exoneração do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no mesmo ano. Essas ações não devem ser encaradas como aleatórias. Afinado às ideias do ideólogo Olavo de Carvalho, guru da extrema-direita e propagador de ideias conspiratórias, comprovadamente demonstradas pelo professor e filósofo Paulo Ghiraldelli (2022), o então ministro Vélez permitiu, com essa indefinição, a ocorrência de um desânimo geral em muitos estudantes que viam no ENEM uma oportunidade para ascenderem socialmente com o ingresso em uma universidade pública. A estratégia, longe de inocente, contribuiu para mais um processo em curso de desmoralização de um dos mais importantes exames aferidores dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes brasileiros ao longo de toda a Educação Básica.

Após disputas internas no MEC, Vélez Rodríguez perdeu apoio e Abraham Weintraub foi nomeado, ficando no cargo por um ano e dois meses. Seguindo fielmente os passos de seu

patrão — o presidente Bolsonaro —, o ministro agora empossado compartilhava da mesma visão do chefe: a de que para libertar o país do “comunismo”, era preciso que os modelos de escolas vigentes fossem aos poucos substituídos pelos modelos cívico-militares. Assim, o ministro anunciou a implantação de 108 escolas nesse modelo até 2023, como consta no levantamento do Todos Pela Educação (2022). Para fechar o ano de 2019, o ministro fez a apresentação de um ofício às redes de ensino do país comunicando-as a retomada das diretrizes do projeto Escola Sem Partido, que vinha paulatinamente perdendo força.

Esse projeto, retomado pelo MEC a pedido explícito do presidente Bolsonaro, surgiu em 2004, produto de grupos reacionários religiosos e da extrema-direita (Ação Educativa, 2016), e previa, em suas diretrizes, condutas que seriam impostas aos professores e que se iniciavam sempre com o advérbio de negação “não”. Essas diretrizes, de acordo com o projeto, deveriam ser afixadas nas paredes das salas de aula, em local visível aos alunos e aos educadores, em uma amostragem taxativa de intimidação do direito à livre docência, do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Se o primeiro ano de governo Bolsonaro não foi dos mais fáceis para a Educação, passemos ao segundo...

3 Do segundo ano de governo Bolsonaro ao biopoder no centro do debate

Em 2020, segundo ano do governo Bolsonaro, a inércia do Ministério da Educação diante de temas sobre Alfabetização, propostas para o Ensino Médio, Governança e Gestão foi denunciada pelo Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já! (2019-2020). De maneira consonante, o Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados (2022) que analisou 2019-2022 sobre a gestão realizada no MEC, apontou os mesmos problemas. Nesse mesmo ano, 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o mundo entrava em uma pandemia que requereria quarentena com o objetivo de defender a população de um vírus emergente sobre o qual pouco tínhamos informações.

No governo, o que se viu, desde o primeiro instante da crise sanitária, foi a descrença no poder deletério que o vírus possuía. O próprio presidente Bolsonaro caminhava no meio do povo, reunia por onde passava aglomerados sem máscaras e cumprimentava pessoas tocando-lhes às mãos em desacordo com o que a Ciência pedia naquele momento: distanciamento social. Sem gestão e planejamento sérios, as escolas tiveram de fechar as portas como uma tentativa de diminuição da infecção coletiva provocada pelo covid-19. Para tentar solucionar a situação, ou pelo menos diminuir os impactos, professores e alunos lançaram mão dos poucos recursos tecnológicos que tinham para continuarem com o processo de ensino-aprendizagem.

Nessa época, o presidente Bolsonaro discursava não sobre o apoio que o MEC daria à comunidade escolar, mas sobre um retorno urgente dos alunos à sala de aula sem qualquer garantia de segurança sanitária. Cabe dizermos que, com essa atitude ensandecida por parte de autoridades políticas do mais alto escalão, pudemos ver, na prática, como funciona a lógica do biopoder, desenvolvida por Foucault (2002), em aula proferida no Curso no Collège de France, em 1976. Para o filósofo, no período das aristocracias, a teoria clássica de soberania concebia que o poder da vida e da morte eram atributos fundamentais do funcionamento daquele tipo de Estado, o aristocrático. E, aí, o leitor pode se questionar: mas o que é ter direito de vida e de morte? De acordo com o filósofo que citamos, isso significava que o rei, o soberano, podia fazer alguém morrer — por meio das mais diversas penalidades — ou deixar que se vivesse — mediante a não tomada de iniciativa contra a vida que por si ocorre.

Assim, como conclui Foucault (2002), vida e morte são conceitos que não devem, de todo, serem encarados enquanto essencialmente naturais, originais e radicais. Antes disso, eles passam e são transpassados pela esfera política. De maneira mais taxativa, a teoria do biopoder vai dizer que, diante do Estado soberano — do rei —, o súdito não é vivo e nem morto, é neutro. Ele está, em parte, como está — vivo ou morto — porque lhe foi dado esse direito mediante as condições a ele impostas ou não impostas pela vontade real. É um direito dessimétrico visto que o rei ou FAZ viver, ou DEIXA morrer; não assimétrico: FAZ viver e FAZ morrer. A isso Foucault chama de [...] “essencialmente um direito de espada” (2002, p. 287).

Com o passar dos séculos, de acordo com Foucault (2002), essa concepção que o soberano e seus súditos tinham do poder sobre a vida e a morte vai se modificando, até porque, já nos séculos XVII e XVIII, muitos juristas formulavam questões que aludiam à vida e à morte como um direito. Argumentavam eles, aliás, que quando um povo se reunia para constituir um soberano, ele assim o fazia porque se sentia ameaçado e instituíam-se um governo que lhe pudesse salvaguardar a vida. Portanto, os poderes dos soberanos se constituirão primeiro no corpo coletivo e, para se manterem na coletividade, atuarão nos corpos individuais. Assim, o soberano do Estado aristocrático possuía um poder direto sobre a coletividade e a individualidade. Já no século XIX, com o avanço da medicina, a perspectiva do direito sobre a vida e a morte continua a ser exercida pelo Estado na figura de seus dirigentes, porém, o político gestor não tem um poder efetivo sobre a morte, mas sobre a mortalidade. Isso quer dizer que a biopolítica lida com populações e lida com essa população estabelecendo normatizações que cruzam de maneira ortogonal a disciplina e a norma da regulamentação.

A que pesem as críticas, esses dispositivos de poder auxiliam na manutenção da vida, na seguridade de sua permanência, na mitigação da mortandade e instituem limites para que a

engrenagem social funcione. Porém, a quebra de sua condução pode ser feita de maneira intencional como uma arma poderosa de extermínio de populações mais pobres e vulneráveis com argumentos em favor da economia, da manutenção do funcionamento do mercado neoliberal e do racismo — em todas as suas mais variadas formas. Ou seja, queremos dizer, a partir do desenvolvimento do conceito de biopoder de Foucault (2002), que, atualmente, o Estado tem o poder de FAZER viver e de DEIXAR morrer, inversamente ao que ocorria no poder soberano aristocrático. Se antes o rei mandava guilhotinar e aprisionar até a morte, hoje, ele pode mandar vacinar, impor quarentena e instituir políticas sanitárias capazes de FAZER viver seus civis. Se ele — o poder político — pode, mas não o faz, fica evidente a inércia de exercício de poder — que é, nesse caso, o exercício do biopoder por omissão — com fins a DEIXAR morrer os civis que o instituíram.

No caso brasileiro, essa relação do biopoder ficou nítida quando, sem um planejamento bem debatido e sem estruturas sanitárias nas escolas, o governo insistia na volta às aulas presenciais — até em instituições de Ensino Superior —, e no retorno aos seus postos de trabalho por trabalhadores que sequer possuíam condições mínimas de salubridade nos transportes públicos e nos seus espaços de atuação. O argumento, como dissemos, era o de que a economia não podia parar. Aqui, é imperioso a ligeira análise crítica sobre os meios de vida no sistema capitalista que foram, também, muito defendidos pelo governo Bolsonaro. Um governo que, explicitamente, defendia o livre mercado — a diminuição da interferência do Estado nas relações econômicas e a globalização como caminho do desenvolvimento —, contraditoriamente defendia a soberania do Estado. Dizemos que isso é contraditório pela factibilidade da dinâmica capitalista em uma economia globalizada que solapa, na verdade, a soberania dos Estados ano após ano, como nos mostrou o sociólogo Zygmund Bauman (1999).

Se na pandemia de covid-19 as escolas não podiam parar, os trabalhadores não podiam fazer quarentena visando salvaguardarem suas próprias vidas, a pergunta do historiador David Harvey faz todo o sentido: “O compasso e a escala, surpreendentes, de urbanização dos últimos cem anos contribuíram para o bem-estar humano?” (2012, p. 73). Ou, simplificando para o nosso debate: o capitalismo nos promete riquezas, mas que riquezas são essas que não nos é possível parar um mês visando nos proteger de um vírus desconhecido, à época, e que, em muitos casos, poderia ser mortal?

Para Harvey (2012), a cidade é um mundo criado pelos homens e pelas mulheres e seus sistemas políticos e econômicos também são fundados e aceitos, ou não, por nós. Assim, se nós criamos esse mundo, estamos, também, condenados a nele viver. As relações de trabalho podem não terem sido criadas pelos trabalhadores, mas elas só permanecerão iguais se a classe operária

permitir que elas assim permaneçam, cada vez mais alienando o trabalho produzido e encarecendo o produto que o próprio operário criou, com fim único ao aumento da taxa de lucro, a concentração e acumulação do capital pelo patrão da “fábrica”. O meio para a conscientização dessa classe operária, que estava sendo posta em risco, era um só: a educação.

Para o governo Bolsonaro, defensor contumaz de relações de trabalho alienantes, que não hesitava em dizer que era preciso “desburocratizar as relações de trabalho”, o que, na prática, simbolizava em sucateamento dos postos de trabalho — fossem eles públicos ou privados — a não atividade das escolas públicas e das universidades de modo presencial configurava ociosidade inadmissível em um sistema capitalista de um país terceiro mundista como o Brasil. De acordo com Harvey:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (Harvey, 2012, p. 74).

Ou seja, ao se referir às relações que acontecem na cidade — de trabalho, de estudo, de moradia, de vivência — o historiador citado mostra, como havíamos argumentado, que ter acesso — ou o direito de não acessar os espaços da cidade por motivos sanitários — é um dos direitos humanos mais negligenciados. Assim foi ao longo de todo o ano de 2020, em que só nos era oferecido e para nós concebido um único modelo de relação com a cidade: o de ocupação dela e de seus postos de trabalho, com covid-19 ou sem covid-19, em nome de um projeto mais importante do que as nossas vidas: o escoamento de mercadorias excedentes produzidas pelo capital raivoso e feroz, a que o indígena Ailton Krenak chama de “a praga que come o homem e que come o mundo” (2020, p. 12).

Como resultado dessa queda de braço do MEC com a Ciência e com os interesses capitalistas no meio, o órgão teve que adiar o ENEM 2020 para o ano seguinte, porém, tudo isso feito sem que houvesse uma forma de recompor a carga-horária das aulas que os alunos — os mais pobres — não tiveram. O exemplo da falta de planejamento e do descaso com a Educação Básica ficou evidente. Nesse ínterim, o ministro Abraham Weintraub deixou o cargo sob fortes críticas de que era mais ideológico do que técnico e Bolsonaro deu indícios de que o terceiro ministro da Educação em apenas dois anos de governo seria Carlos Decotelli.

Após ficarem comprovadas as inconsistências de títulos no currículo do “quase” ministro, ele não pode assumir o cargo. O ministro da Educação seria um indivíduo que inventou títulos de doutorado e pós-doutorado sem nunca ter sido aprovado em tais percursos. Como se não bastasse, pairou sobre o que ele de fato tinha — mestrado pela Fundação Getúlio Vargas — a suspeita de plágio, fartamente mostrada e denunciada por professores especialistas em plágio. A educação estava deseducada. Assim, o segundo ano de governo deu lugar ao terceiro e a ele discorreremos a seguir...

4 Do terceiro ano de governo Bolsonaro ao pastor à frente da pasta

Com a não possibilidade de tomar posse do cargo no MEC, Decotelli cedeu lugar ao ministro Milton Ribeiro. Pastor, o ministro prometeu fazer uma gestão livre das “amarras ideológicas”, respeitando todos os credos e tratando tecnicamente dos problemas do MEC. Já com um ano de pandemia, 2021 foi marcado pela insistente negação do governo Bolsonaro à infecção em massa provocada pelo covid-19. As escolas já estavam há significativo tempo fechadas e o MEC não realizou, à época, sequer um mapeamento acurado a fim de averiguar os impactos na Educação nos seus mais diferentes níveis de ensino.

A medida adotada foi, novamente, emplacar um projeto antigo da extrema-direita de desfazer o sistema de ensino vigente substituindo-o pelo modelo domiciliar. Como solução para a mazela provocada pela pandemia, o MEC propôs o *homeschooling*. Ignorou temas importantes para a Educação e seu financiamento, como, por exemplo, alterações de regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ressuscitou, também, o fantasma do Escola Sem Partido (ESP), que advogava por uma educação centrada nas mãos dos pais do aluno, unicamente (Sakamoto, 2016).

O leitor pode se perguntar: como um projeto tão autocentrado e autoritário como o ESP pôde encantar não só Bolsonaro, mas também a seus apoiadores? A resposta é simples: com a narrativa de que havia uma doutrinação em curso e em massa pelo país afora. A justificativa? Eles diziam no site de divulgação do ESP, à época, que tinham milhares de denúncias de professores que doutrinavam seus alunos, porém, no ano de 2016, como mostram os estudos de Sakamoto (2016), via-se ali no sítio eletrônico do grupo, cerca de 33 publicações apenas. O universo de estudantes naquele ano? 45 milhões de alunos! Mesmo assim, de 2016 a 2022 o discurso-chiclete da “doutrinação comunista” acompanhou o governo e a campanha político-partidária para tentar à reeleição de Jair Bolsonaro no final de 2022.

No mesmo ano, 2022, quando a pandemia não dava sinais de melhoras, o MEC iniciou uma nova batalha para que as escolas e as universidades voltassem a funcionar de maneira presencial. Foram inúmeras reportagens na grande mídia as quais mostravam a total incapacidade para que o ensino presencial retornasse. Mesmo assim, adotando uma concepção mercadológica da Educação, a coordenação do MEC compeliu as instituições e gestões subnacionais de ensino ao retorno. Há uma relação entre mentalidade sobre como o ensino deve funcionar e a vida nas metrópoles porque, de acordo com Georg Simmel (1973), o fenômeno urbano não é só urbano, é também mental e influi nas estruturas organizativas psicológicas.

Como é possível notar, no mundo moderno industrializado, o homem e a mulher se tornaram o mesmo dos objetos de produção: as máquinas. Essa crítica já era mostrada no filme *Tempos Modernos* (1936), estrelado por Charlie Chaplin, em que ele é um operário que, a medida em que o tempo passa, começa a perfazer os movimentos da máquina de maneira mecânica. Isso só é possível porque aquele fazer cotidiano influiu na própria gestão nervosa do corpo. Para Simmel:

Em certos traços aparentemente insignificantes, que se situam sobre a superfície da vida, as mesmas correntes psíquicas se unificam caracteristicamente. A mente moderna se tornou mais e mais calculista. A exatidão calculista da vida prática, que a economia do dinheiro criou, corresponde ao ideal da ciência natural: transformar o mundo num problema aritmético, dispor todas as partes do mundo por meio de fórmulas matemáticas. Somente a economia do dinheiro chegou a encher dias de tantas pessoas com pesar, calcular, com determinações numéricas, com uma redução de valores qualitativos a quantitativos. Através da natureza calculativa do dinheiro, uma nova precisão, uma certeza na definição de identidades e diferenças, uma ausência da ambiguidade nos acordos e combinações surgiram nas relações de elementos vitais – tal como externamente esta precisão foi efetuada pela difusão universal dos relógios de bolso. Entretanto, as condições da vida metropolitana são simultaneamente causa e efeito dessa característica. Os relacionamentos e afazeres do metropolitano típico são habitualmente tão variados e complexos que, sem a mais estrita pontualidade nos compromissos e serviços, toda a estrutura se romperia e cairia num caos inextricável (Simmel, 1973, p. 14).

Portanto, os professores calculáveis, os alunos calculáveis, os salários pagos aos educadores também calculáveis tinham um valor acima das pessoas individualizadas. Ou seja, o qualitativo foi colocado abaixo do aspecto quantitativo e todas aquelas “máquinas” — lê-se pessoas — não podiam se entregar ao ócio. Mesmo sem estrutura, mesmo sem diretrizes robustas, mesmo sem investimento e segurança sanitária, mesmo com pouquíssimas vacinas compradas por falta de diálogo do governo Bolsonaro com os laboratórios fabricantes, mesmo assim, era preciso voltar. A escola, de fato, voltou. Até porque, como argumentou Simmel (1973) em outras palavras: tempo é dinheiro!

Como dito, Milton Ribeiro foi um pastor-ministro que prometeu não interferir ideologicamente nas questões do MEC. No entanto, perto de sua saída da pasta, ele foi acusado de sugerir mudanças nas questões das provas do ENEM de 2021, argumentando que elas não seriam bem-vindas por tratarem de temas que desagradavam o governo em vigência. Viu-se demissões aos montes no Inep e o ministro negou que elas fossem por perseguição ou mesmo que havia existido essa suposta troca de questões no ENEM. Fato é que o Ministério Público Federal (MPF) se debruçou sobre as denúncias e confirmou ter encontrado um grupo de servidores que trabalhava no Inep apurando possíveis questões “ideológicas”. Para o ano seguinte, a Educação não teve muito descanso e, para além dos livros didáticos e provas que são de responsabilidade e gerência do MEC, viu-se nascer dessa areia movediça barras de ouro...

5 Do último ano de governo Bolsonaro ao tiro de (des)misericórdia

Com sucessivos escândalos de corrupção no MEC, os veículos de informação descobriram que havia uma espécie de grupo de assessores sem ter qualquer vínculo com a administração pública no ministério que atuavam como lobistas. Esse grupo era formado, basicamente, por religiosos, pastores evangélicos. Diante das denúncias, o Senado Federal instituiu uma comissão de apuração dos fatos. Em sabatina no Senado, diversos prefeitos relataram que esses religiosos faziam a eles cobrança de propina, ameaças de corte de verbas em seus municípios etc. A forma como o dinheiro seria desviado do MEC era impressionante: o dinheiro era escondido em pneus; bíblias eram compradas a fim de superfaturar seu valor; ou, para os municípios ricos em ouro, a propina aos religiosos deveria ser repassa em barras do mineral.

Deixando o cargo em vacância, o pastor Milton Ribeiro não resistiu aos escândalos e deu lugar ao último e quinto ministro que ocupou a pasta: Victor Godoy Veiga. Sob a gestão de Veiga, dois fatos curiosos chamaram a atenção: querer alfabetizar em seis meses crianças cuja promessa era de alfabetização tão logo o governo Bolsonaro tomasse posse, o que não ocorreu, e os cortes e contingenciamentos de bolsas de pesquisas e estudos no país. Nesse último ano, durante o período das eleições, o presidente Bolsonaro, como uma carta “muito boa” na manga, decidiu lançar um aplicativo intitulado de *GraphoGame*, que seria capaz de alfabetizar quem quer que fosse, como dito, em seis meses. O país mal havia se recuperado da covid-19, pessoas estavam, como mostrado em reportagens da grande mídia, em filas de açougues comprando ossos para comer e um aplicativo teria efetividade? Se as famílias

enfrentavam dificuldades para coisas básicas ao longo da pandemia, teriam elas e seus filhos aparelhos eletrônicos com acesso à internet para acessar um aplicativo?

Para além disso, o governo ao longo dos quatro anos optou por enxergar a Educação sempre como gasto e não como investimento. Nos quatro anos de sua vigência, a administração de Bolsonaro fez sucessivos cortes no financiamento das pesquisas, o número de bolsistas na pós-graduação diminuiu e, em maio de 2022, já eram R\$ 3,2 bilhões retirados do MEC. Esse dinheiro contingenciado inviabilizou as obras que estavam em curso de creches e escolas para atender à Educação Básica, sem falar nos percalços enfrentados pelas universidades e institutos federais, que sequer tinham dinheiro para pagar suas despesas básicas, como luz, água, limpeza etc.

O que estava ruim ficou ainda pior quando, no mês de outubro, o governo fez um novo corte no valor de R\$ 2,4 bilhões no MEC. Nunca na história da redemocratização a Educação tinha sido tão solapada. O cenário era o de terra arrasada. Mestrandos e doutorandos ficaram ameaçados de não receberem suas bolsas de pesquisas e funcionários terceirizados ficaram sob a mesma tensão. Em síntese, os últimos quatro anos não podem ser esquecidos, mas é doloroso lembrá-los. Podemos dizer, mediante as análises feitas, que tudo isso não era e nunca foi acaso, faz parte de um projeto de poder.

6 Conclusão

Após a articulação dos fatos ocorridos na educação na gestão Bolsonaro, fica um sentimento de que é preciso um esforço conjunto para que se reconstrua o sistema educacional brasileiro, bem como a retirada da ideologia imposta às redes de ensino nos últimos anos. Por experiência própria, os pesquisadores que escrevem este trabalho sofreram boicotes por parte de representantes de autarquias públicas pertencentes às redes de ensino por apresentarem um curso, o qual seria ministrado aos professores da rede de ensino do Rio de Janeiro, sobre gênero, sexualidade e violências na escola. Estava tudo acertado para o curso ser ministrado junto à Secretária de Educação e quando o curso foi divulgado, parlamentares bolsonaristas tomaram ciência e moveram lanças afiadas e politicamente bem combinadas com escalões maiores da política para impedirem o curso. Assim foi feito, o curso, depois de pronto e divulgado, foi cancelado.

Militarizar o sistema de ensino, impedir os debates sobre as desigualdades sociais, de raça e de gênero foi o objetivo principal do governo Bolsonaro, que, para ter êxito em seu projeto, passou a não nomear o reitor escolhido em pleito interno pela comunidade universitária.

Toda a vez que a lista tríplice ia para o MEC, para depois ser outorgado o primeiro nome dela pelo presidente, ele não o escolhia como uma forma de dizer que não seria a comunidade acadêmica que teria a última palavra em sua gestão. Normalmente, ele fazia indicações de reitores alinhados aos seus projetos conservadores e fundamentalistas.

Isso nos faz concluir que toda a promessa feita ao longo da campanha de 2018, de que seria técnico e não ideológico, não passou de bravata. Na Educação Básica, o governo Bolsonaro foi vagaroso quando ela mais precisou, não criando diretrizes seguras para o retorno às aulas no auge da pandemia de covid-19. Como educadores e pesquisadores, o desejo final deste texto é que tudo se registre nos anais da História, para que nunca mais a Educação seja tão desmoralizada como o foi.

Referências

AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório Final da CEXMEC 2019-2022**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2319231>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2023]. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, p. 13563, 16 jul. 1990.

GHIRALDELLI, P. **Olavo de Carvalho e a Deficiência Cognitiva Programada**. YouTube, 14 de junho de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/ub95DnMmw-s>. Acesso em: 19 jan. 23.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976) Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes (Coleção Tópicos), 2002.

HARVEY, D. Direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da ideologia de gênero**: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. SP: Companhia das Letras, 2020.

SAKAMOTO, L. “Escola Sem Partido”: doutrinação comunista, coelho de páscoa e papai noel. *In*: Ação Educativa (Org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TEMPOS MODERNOS. Direção: Charles Chaplin. Produção de Charles Chaplin. Estados Unidos: United Artists, 1936. 1 DVD.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Quatro anos de descaso com a educação. *In*: **Todos Pela Educação**, São Paulo, 25 out. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/mec-jair-bolsonaro-descaso-com-a-educacao-basica/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já!**: Balanço 2019 e Perspectivas 2020. São Paulo, mar. 2020. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/417.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

TV SENADO. **Posse Bolsonaro**: Acompanhe a íntegra a cerimônia. YouTube, 1 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_cGaJJwJ6is. Acesso em: 18 jan. 2023.